

O fim, o início e o meio: o apresamento do Marquês de Olinda e o cativoiro dos primeiros prisioneiros de guerra brasileiros a partir das memórias dos sobreviventes*

The end, the beginning and the middle: the seizure of the Marquês de Olinda and the captivity of the first Brazilian prisoners of war from the memories of the survivors

Francisco José Corrêa-Martins

Professor do Departamento de Geociências da UFRRJ. Bacharel e Licenciado em História, Bacharel, Mestre e Doutor em Ciências – Geologia, lecionou na EsPCEX e chefiou a Divisão de História do AHEx, pesquisa a História Militar latino-americana dos séculos XVIII e XIX.

RESUMO

O apresamento do Vapor brasileiro *Marquês de Olinda* pela Canhoneira paraguaia *Tacuari* foi o episódio que marcou o início da guerra entre o Paraguai e o Brasil, e que arrastou a Argentina e o Uruguai para o conflito mais sangrento da América do Sul. Além de apresentar as razões que levaram o Presidente paraguaio Francisco Solano López a ordenar aquela ação, esta pesquisa reconstitui como ocorreu a captura dos oficiais brasileiros que viajavam como passageiros, e se tornaram os primeiros prisioneiros daquela guerra, fato esse pouco referido na historiografia. A partir das memórias de dois oficiais ex-prisioneiros sobreviventes daquele grupo, reconstruiu-se a dinâmica dos campos de prisioneiros paraguaios, constatando suas deficiências e o caráter rotineiro das execuções indiscriminadas, uma das facetas características daquele líder autoritário paraguaio de então, ao longo de quase cinco anos.

PALAVRAS-CHAVE: Prisioneiros de Guerra; Guerra do Paraguai; História Militar

ABSTRACT

The seizure of Brazilian steamer Marquês de Olinda by the Paraguayan gunboat Tacuari was the episode that marked the beginning of the war between Paraguay and Brazil, and that dragged Argentina and Uruguay into the bloodiest conflict in South America. This research presents the reasons the Paraguayan president Francisco Solano López to order this action and restored how the capture of Brazilian officers who traveled as passengers and who became the first prisoners of war took place, aspects that are rarely mentioned in the historiography of that conflict. Based on the narratives of two surviving former prisoner officers from that group, the dynamics of the Paraguayan prisoner camps were reconstructed, realizing their deficiencies and the routine of indiscriminate executions, one of the characteristic facets of that Paraguayan authoritarian leader over almost five years.

KEYWORDS: Prisoners of War, Paraguayan War, Military History

*Artigo recebido em 27 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.

Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 97-120 – 2020.

INTRODUÇÃO

Há consenso historiográfico em considerar o episódio do apresamento do Vapor brasileiro *Marquês de Olinda* pela belonave paraguaia *Tacuari*, em 12 de novembro de 1864, como o primeiro ato de beligerância de Francisco Solano López contra o Brasil. As discussões e análises sobre as causas que levaram o Paraguai a deixar uma posição de paz em novembro de 1864 para ter contra si a Argentina, o Brasil e o Uruguai coligados para enfrentá-lo na chamada Guerra da Trílice Aliança contra o governo da República do Paraguai, *Guerra Guazu*, ou Guerra do Paraguai são motivos de discussões há décadas.

Porém, as circunstâncias relativas à captura do navio brasileiro foram muito pouco pesquisadas, dando origem a uma série de afirmações errôneas. E são praticamente desconhecidos os primeiros prisioneiros brasileiros daquela guerra e o destino que tiveram. Isto porque em um conflito muitas vezes os vivos e os mortos são sempre mencionados, enquanto os prisioneiros em poder do inimigo são muitas vezes pouco lembrados.

Deste modo, esta pesquisa objetiva contribuir para uma melhor compreensão dos eventos que levaram ao apresamento do *Marquês de Olinda*, e reconstituir o destino que tiveram os oficiais brasileiros que estavam a bordo, e que se tornaram prisioneiros. Para tanto, foram pesquisadas a documentação brasileira e paraguaia, e os escritos de autores contemporâneos aos eventos, incluindo aqui as memórias dos dois sobreviventes, que são pela primeira vez analisadas de maneira conjunta.

SOBRE AS MEMÓRIAS: ESCRITAS DISTINTAS DOS MESMOS EVENTOS

Apesar de João Coelho de Almeida e João Clião Pereira Arouca, os ex-prisioneiros sobreviventes do *Marquês de Olinda*, terem compartilhado os acontecimentos que

relatam, a forma como os apresentaram foi distinta. A exposição de Coelho de Almeida tem, sobretudo, o caráter de um relatório. Trata-se de uma comunicação de caráter oficial, em que o sobrevivente “mais antigo” assume o encargo de enviar ao seu superior, uma descrição dos fatos, com a precisão e detalhes possíveis, que abrange desde o início da viagem, passando pelo apresamento do navio, e a vida como prisioneiro até o momento em que recobrou a liberdade. Tanto é que seu relato foi publicado em dois jornais do Rio de Janeiro em 1869¹, sendo republicado ao menos três vezes no Estado onde nasceu².

Cerca de 40 anos depois, as memórias do baiano Pereira Arouca serviram de fio condutor do livro que o jovem acadêmico conterrâneo José Gabriel Lemos Brito escreveu sobre a Guerra do Paraguai³. Para tanto, Lemos Brito fez uma pesquisa bibliográfica da qual, porém, poucas vezes mencionou quais obras consultou para escrever seu volume. O autor não deixou claro como conheceu o antigo prisioneiro, quantas vezes conversaram e nem tampouco quanto tempo levou na redação do referido tomo. Mas a principal dificuldade reside no fato de que Lemos Brito, ao escrever, não separou claramente o testemunho de Arouca daquilo que ele, como autor, reelaborara ou acrescentara. Desse modo, não surpreende que os testemunhos convirjam, mas também apresentem dissonâncias e mesmo omissões.

Deve-se acrescentar também que, diferente do que o jovem autor baiano pensara, parte da história dos prisioneiros do *Marquês de Olinda* já era conhecida, pelo menos no Rio de Janeiro, desde a publicação do relatório de um oficial superior que compartilhara parte do tempo de cárcere com eles (CUNHA MATTOS, 1869).

O NAVIO, A DERRADEIRA VIAGEM E SEUS PERSONAGENS

O navio *Marquês de Olinda* foi construído no final dos anos 1850 no Estabelecimento

de Fundição e Estaleiros da Ponta d'Areia, em Niterói, para a Companhia de Navegação do Alto Paraguay, e destinado a ser empregado na rota Montevidéu-Corumbá-Montevidéu. Com 189 toneladas e um sistema de propulsão misto, rodas laterais e mastros, partiu do Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1859, tendo como comandante o Segundo-Tenente João Frederico Berrizo⁴. Em sua primeira viagem, principiada em 27 de novembro de 1859, na rota Montevidéu-Corumbá-Montevidéu, transportou mais de 70 passageiros de diversas nacionalidades⁵. Após ajustes na concessão, foi estabelecido o número de oito viagens anuais, cujo contrato venceria em 27 de novembro de 1864⁶.

Naquela fatídica viagem, a 8ª e última prevista no contrato, o Primeiro-Tenente reformado do Corpo da Armada Manoel Luiz da Silva Souto comandava o *Marquês de Olinda*. Natural do Rio de Janeiro, ele ingressara na Armada em 1839, com 16 anos incompletos, e ali permanecera até 1861, quando foi reformado por moléstia que o incapacitava para o serviço da Marinha⁷. Ao que tudo indica, foi contratado em setembro de 1864 e aquela era a segunda viagem dele, tendo como escrivão Antonio Fernando Póvoas, que fazia a sua terceira viagem desempenhando essa função⁸, além de 42 tripulantes⁹.

Entre os passageiros havia sete oficiais brasileiros, sendo dois do Exército e cinco da Marinha.

Um dos oficiais do Exército era o passageiro mais importante, o Coronel do Corpo de Engenheiros Frederico Carneiro de Campos. Natural de Salvador, contava então mais de 40 anos de serviço, tendo atuado em demarcações de limites e obras públicas, além de ter sido presidente da Província da Paraíba e deputado eleito várias vezes pelo Rio de Janeiro para a Assembleia do Império. Ele seguia para tomar posse de dois cargos, o de presidente e comandante de armas da Província do Mato Grosso, para os quais fora nomeado (ALMEIDA, 1966, pp. 302-310). O outro

oficial do Exército era o Capitão Primeiro-Cirurgião Dr. Antonio Antunes da Luz. Nascido também em Salvador, Bahia, sentara praça em 1848, e já havia estado em campanha, na Guerra contra Oribe e Rosas, entre 1851 e 1852. Ele deixava a guarnição da Província do Rio Grande do Sul para assumir o cargo de Primeiro-Cirurgião no Hospital Militar de Cuiabá (SOUZA, 1972, pp. 15, 19-20).

Todos os cinco oficiais da Armada que seguiam como passageiros estavam nomeados para diversas funções na Província do Mato Grosso. O Primeiro-Tenente do Corpo da Armada Agnelo de Faria Pinto Mangabeira era paraibano, contava 27 anos de serviço e já fora condecorado por integrar a Esquadra que atuou na já mencionada Guerra contra Oribe e Rosas na região do Rio da Prata. Ele deixava o comando do Transporte *Iguassu* para assumir o do Vapor *Cuiabá*, pertencente à Estação Naval do Mato Grosso. O Escrivão extranumerário do Corpo de Oficiais da Fazenda da Armada João Coelho de Almeida era mato-grossense, estava na força há cerca de três anos, e fora mandado servir no vapor que o Primeiro-Tenente Mangabeira iria comandar. Os baianos João Clíão Pereira Arouca e José Antonio Rodrigues Braga, ambos classificados como Sota Piloto pela aula de pilotagem da província da Bahia, haviam sido nomeados recentemente para a função de pilotos extranumerários da Armada, tendo como destino a Flotilha do Mato Grosso. E o Fiel de Segunda Classe do Corpo de Oficiais de Fazenda da Armada Antonio Joaquim de Paula Reis, que ingressara na força cerca de dois anos antes, e fora nomeado para servir como comissário a bordo do já mencionado Vapor *Cuiabá*¹⁰. E voltava para sua província o oficial de descarga da Alfândega de Cuiabá José Vicente Bueno de Sampaio¹¹. Para Assunção, seguiam o novo cônsul argentino, Adolfo Soler, e dois colonos italianos¹².

Parte dos oficiais brasileiros, como o Coronel Carneiro de Campos e o Escrivão Coelho de Almeida, viera do Rio de Janeiro

no mês anterior, o primeiro na Fragata *Amazonas*, e o segundo na Corveta *Beberibe* que, juntamente com a Canhoneira *Ivahy*, partiram em 23 de outubro com destino à região do Rio da Prata, aportando em Buenos Aires no dia 30 daquele mês¹³.

Em 3 de novembro¹⁴, o *Marques de Olinda* partiu da Baía de Montevideu, tocando em Buenos Aires no mesmo dia, e logo começou a remontar o Rio Paraná. A viagem parecia transcorrer sem incidentes, apesar das advertências feitas nos portos argentinos de Rosário, Paraná e Corrientes, que repetiam “– Cuidado com os paraguayos!” (BRITTO, 1907, p. 6). Logo avançavam pelo Rio Paraguai, chegando na noite do dia 10 em Humaitá, quando houve uma demora não prevista de duas horas, fazendo que ancorassem na Baía de Assunção somente na noite do dia 10 (BRITTO, 1907, pp. 6-9)¹⁵. Na manhã seguinte, o Ministro brasileiro Cezar Sauvian Vianna de Lima e seu secretário vieram a bordo para almoçar com Carneiro de Campos, enquanto era feita a faina de carregar o carvão. Às 13h45min do dia 11, tendo já os visitantes desembarcados, o vapor levantou ferros e retomou sua marcha para Corumbá, navegando normalmente sem paradas (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 9-10)¹⁶.

O APRESAMENTO

Por volta das 06h30min do dia 12, enquanto prosseguia subindo o rio, observou-se ao sul, a partir da embarcação brasileira, uma coluna de fumaça que aumentava gradativamente. Até que foi possível identificar que se tratava do Vapor de Guerra paraguaio *Tacuari*, o qual disparou um tiro de pólvora seca, indicando ao *Marquês de Olinda* que parasse e, ao mesmo tempo em que o ultrapassava, cortando sua proa. Isto ocorreu na altura de Curuzu Chica, no atual Puerto de Antequera, na margem esquerda do Rio Paraguai, cerca de 200 km ao norte de Assunção¹⁷. Um escalero foi enviado do *Tacuari* com um ofício para o comandante brasileiro, e logo retornou.

Nele se “ordenava o imediato regresso a Assumpção e, no caso de resistência, ser posto sob os fogos do corsário o navio apreendido”. O Comandante Souto reuniu os passageiros, expondo a situação. Era evidente a impossibilidade de resistência. Decidiu-se então lavrar um protesto e enviá-lo à belonave paraguaia, mas o mesmo não foi recebido, sendo respondido que “Não temos ordem de receber papeis! O capitão que cumpra as ordens do governo paraguayo!”. O *Marquês de Olinda* virou de bordo, descendo o rio, sendo escoltado pelo *Tacuari*, chegando à capital paraguaia na noite de 12 de novembro, sendo logo o navio brasileiro cercado por escaleres tripulados, impedindo qualquer comunicação com a terra. No dia seguinte atracaram dois escaleres com força de Marinha “e commandados por um official que procurou o comandante do paquete e lhe disse *vengo hacer companhia con usted*”, distribuindo sentinelas por todo o navio¹⁸.

A DEVASSA

Pouco depois, subiu a bordo uma comissão paraguaia, nomeada em 17 de novembro pelo Ministro da Guerra e Marinha paraguaio, formada pelo Coronel Francisco Wisner de Morgenstern e José Falcón, e acompanhado de um terceiro elemento desconhecido, para examinarem a correspondência oficial transportada porque era “*necesario tomar conocimiento de ellas, para lo que pueda convenir á la causa pública*”. Na verdade, como Almeida (1869) e Arouca testemunharam, a comissão não se ateu à correspondência oficial, pois revistou todo o navio, a carga e a bagagem dos passageiros, revirando inclusive o depósito de carvão, o que motivou o Primeiro-Tenente Mangabeira, que possuía então um pássaro em uma gaiola pendurado na gaiuta de sua câmara, a perguntar aos membros da comissão se eles não iriam revistá-la também (BRITTO, 1907, pp. 16-17), o que enervou o paraguaio José Falcón. Além das malas com a correspondência, foram retirados do navio os 400

contos de réis em papel-moeda que o governo imperial enviava para o governo da província do Mato Grosso, além de oito contos de réis em ouro, pertencentes à companhia de navegação e de outras importâncias de propriedade particular.

No dia 28, Wisner e Falcón apresentaram um relatório onde informavam sobre a quantia encontrada de papel-moeda, e dos “cinco contos de réis em onzas de ouro” que a correspondência examinada era composta basicamente por comunicações oficiais, relatórios impressos e jornais, além de correspondências particulares, que também foram violadas, e das quais foram feitos alguns resumos dos assuntos, entre os quais a desconfiança de que os paraguaios não deixariam o vapor chegar ao seu destino, e que a fronteira do Mato Grosso não estava “*guarnecida siquiera con dos mil hombres, para cuando aparezcan los Paraguayos*”¹⁹.

Em 7 de dezembro, o já mencionado ministro nomeou uma comissão presidida pelo Coronel Francisco Pereira, e tendo como vogais José Falcón, Zenon Rodriguez, Apolinario Chirife e José Vicente Urdapilleta, para que se pronunciasse “*sobre la legalidad de la presa de dicho vapor, en vista dela Protesta del 30 de Agosto*”, cujo previsível resultado foi de declarar o *Marquês de Olinda* como boa presa²⁰.

Enquanto isso, os oficiais foram desembarcados, um de cada vez, para serem interrogados em terra. Ali, perante uma comissão presidida por um coronel e após prestar juramento, respondiam às perguntas e, depois, eram conduzidos a um vapor paraguaio, sendo submetidos a reinterrogatório com os mesmos procedimentos. Perguntavam aos brasileiros “1º Se não sabia do protesto de 30 de Agosto daquele anno”; se “não sabia da entrada de forças brasileiras no Estado Oriental”; “Se levava alguma instrução particular de meu governo”; e por fim, como se “atrevia a passar pelas aguas do Paraguay, sabendo destas cousas”; e se “não temia da guerra que estava declarada

ao Brasil”. As respostas, após escritas, eram assinadas pelos interrogados, e foram semelhantes: tanto o protesto como a entrada das forças brasileiras no Uruguai eram fatos conhecidos através de notícias publicadas em jornais, que estavam sendo enviados para suas novas funções, e que desconheciam existir qualquer declaração de guerra (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 28-29), sendo que o único que poderia ter respondido de forma distinta era o Coronel Carneiro de Campos, em razão das funções para as quais estava nomeado. Contudo, não localizamos esses depoimentos.

POR QUE LÓPEZ ORDENOU O APRESAMENTO DO MARQUÊS DE OLINDA?

Através de uma nota diplomática apresentada em 30 de agosto de 1864, o Paraguai advertira o Brasil que qualquer ocupação do território uruguaio por suas forças atentaria contra o equilíbrio dos Estados do Prata, e que se desonerava das atitudes que pudessem ocorrer a partir daí. As atitudes brasileiras indicavam que a invasão ocorreria e López esperava isso para agir.

Em 16 de outubro de 1864, forças do Exército imperial invadiram e ocuparam a villa de Mello no Departamento de Cerro Largo, no norte do Uruguai. Embora temporária, estava dado o passo previsto do protesto mencionado. A notícia da invasão estava na correspondência enviadas pelo agente paraguaio em Montevideu Juan José Brizuela, em 29 de outubro de 1864²¹, seguia no Vapor paraguaio *Ygurey*, que partiu da capital uruguaia no dia 3 de novembro, ou seja, no mesmo dia que o *Marquês de Olinda* iniciou sua derradeira viagem como navio de passageiros (CARDOZO, 1967, pp. 17-18).

López, que já estava há alguns dias no acampamento militar de Cerro León, ao sudeste de Assunção, esperava tão ansiosamente essas comunicações que enviou um mensageiro para Villeta, na margem es-

querda do Rio Paraguai, para que, quando o navio ali chegasse, a correspondência fosse trazida diretamente para ele, o que ocorreu nas primeiras horas do dia 09. Ignorando essas informações, o Ministro da Guerra e Marinha Venâncio López atrasou a partida do trem que fazia a ligação entre Assunção com o já mencionado acampamento, partindo às 08h30min, pouco após a chegada do *Ygurey* em Assunção, levando Venâncio, o Ministro das Relações Exteriores José Berges e o comandante do vapor. A precipitação era tanta que esqueceram que a bordo vinha José de Caminos, emissário de Justo José Urquiza, caudilho da província argentina de Entre-Rios e possível aliado, com uma mensagem para o líder paraguaio (CARDOZO, 1967, pp. 17-18).

Quando Venâncio e os demais chegaram em Cerro León, López já havia lido a comunicação de Brizuela. E, tendo em vista a nota de protesto diplomático de 30 de agosto, na visão paraguaia, ou seja, de López, a invasão brasileira do território do Uruguai equivalia a uma declaração de guerra ao Paraguai (CARDOZO, 1967, p. 18). Contudo, o representante uruguaio José Vasquez Sagastume ainda não havia feito qualquer comunicação oficial a respeito.

No exame dos acervos arquivísticos, não se localizou quaisquer registros de documentos que relatem as circunstâncias nas quais Francisco Solano López ordenou o apresamento do *Marquês de Olinda*. A trama desse evento só é possível de ser reconstituída, mesmo que parcialmente, a partir do testemunho de personagens contemporâneos próximos do líder paraguaio.

Como já dito, Solano López estava no acampamento de Cerro León, distante cerca de 60 km ao sudeste da capital, quando o *Marquês de Olinda* fundeu em Assunção (THOMPSON, 1869, p. 25; WASHBURN, 1871, p. 558, CENTURIÓN, 1894, p. 193). E, como era costume, a correspondência chegada, e destinada ao governo paraguaio, foi para lá enviada no trem que saía todas as manhãs.

De acordo com o representante diplomático dos Estados Unidos da América no Paraguai, Charles Ames Washburn, um uruguaio chamado Juan José Soto, que havia sido comerciante em Assunção, e era amigo de López, enviou-lhe uma carta pelo *Marquês de Olinda*. Nessa correspondência, Soto dizia que o vapor brasileiro seria acompanhado pela Fragata *Amazonas*, que “*was surmised that the two were to take up a large quantity of arms*”, e “*was also known that a valuable cargo would be taken, besides a large sum of money*”, terminando por “*advised him by all means to seize the steamers*” (WASHBURN, 1871, pp. 557-558).

Contratado para servir como engenheiro no Exército paraguaio, o inglês George Thompson afirmou que o líder paraguaio hesitou muito em se “*whether he should break the peace or not*”, ordenando a captura do *Marquês de Olinda* (THOMPSON, 1869, p. 25). O também inglês George Frederick Masterman, veterano da Crimeia e farmacêutico contratado do Exército paraguaio confirmou essa indecisão, e afirmou que “*he had not declared war, and to seize the vessel now would of course be but an act of piracy*” (MASTERMAN, 1869, p. 91).

Ainda de acordo com o engenheiro inglês, o presidente paraguaio acreditava que os brasileiros gastariam muito tempo para reunir forças e que não estariam dispostos a sustentar uma guerra dura e prolongada. E que López afirmara que “*If we don't have a war now with Brazil, we shall have one at a less convenient time for ourselves*” (THOMPSON, 1869, p. 25).

Tanto o representante norte-americano como um paraguaio, que foi oficial no Exército de López, salientaram o papel do representante uruguaio, José Vasquez Sagastume no sentido de o Paraguai sair de sua condição neutral e apoiar o governo *blanco* uruguaio através da guerra. O oficial paraguaio afirmou que “*El primer acto de hostilización contra el Brasil y que fué la captura del paquete Marqués de Olinda, (...), fué debido, puede decirse, á la*

inspiración del Sr. Sagastume" (WASHBURN, 1871, p. 556; CENTRURION, 1894, p. 193).

Assim, no início da tarde de 11 de novembro de 1864, Francisco Solano López tomou a decisão de ir à guerra contra o Brasil, despachando no trem para Assunção seu ajudante de ordens, o Tenente-Coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, com a ordem para a captura do navio brasileiro, chegando quinze minutos após a partida do mesmo. Ordenou-se então que a belonave *Tacuari*, o navio paraguaio mais rápido disponível, fosse em sua perseguição. Porém, o mesmo não tinha combustível, e assim se perderam várias horas em carregá-lo com carvão, sofrendo ainda, no final da tarde, o rompimento de um dos tubos da caldeira, decidindo-se que o conserto seria feito no caminho. Às 18h30min, sob comando do Primeiro-Tenente Remigio Cabral, o vapor paraguaio partiu na caça do navio brasileiro (CARDOZO, 1967, pp. 19-20)²².

E foi somente no dia 14 de novembro que José Vasquez Sagastume comunicou oficialmente ao governo paraguaio a entrada das forças brasileiras em território uruguaio, e pedindo "*su intervencion armada en la lucha que actualmente sostiene contra el Imperio del Brasil*"²³.

A hipótese de que o suposto carregamento de armas transportado pelo *Marquês de Olinda* motivou seu apresamento parece confirmada em uma correspondência assinada por Solano López e enviada ao Coronel Resquin em Concepción, datada de 23 de novembro de 1864, onde foi expressamente informado que o navio brasileiro "*no tiene armas*", mas que foram encontrados "*doscientos mil patacones*" em papel-moeda do Brasil²⁴.

OS PRISIONEIRO DE GUERRA NA VISÃO DOS QUATRO CONTENDORES

Durante o conflito, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai tiveram procedimentos distintos em relação aos prisioneiros de guerra. No caso do Paraguai, esta pesquisa expõe

como foram os procedimentos com aqueles que foram seus prisioneiros. Os aliados estabeleceram que os paraguaios que fossem feitos prisioneiros seriam repartidos entre os três países, para fins de sua guarda e subsistência. Mas cada um dos integrantes da aliança geria os destinos daqueles que lhes cabia de maneira independente.

O comandante uruguaio, o Brigadeiro Venâncio Flores adotou o costume que vigorava em seu país, e que era o de incorporar às fileiras vencedoras os soldados da facção ou tropa derrotada. Seu objetivo era completar suas forças, substituindo os homens que perdera por combates ou moléstias²⁵. Como se pode imaginar isso poderia funcionar dentro do território nacional, mas não fora dele.

O Brigadeiro Bartolomé Mitre, presidente da Confederação e comandante em chefe, tinha uma visão distinta. Não achava adequado incorporar os paraguaios de forma compulsória às fileiras argentinas, mas apenas aqueles que fossem voluntários, e preferencialmente em funções não combatentes, como auxiliares de hospitais ou peões²⁶. Na opinião do Vice-Presidente Marcos Paz, os prisioneiros paraguaios que fossem entregues aos argentinos deveriam ir para a fronteira da Patagônia, porque "*han de ser muy útiles, ya sean presos, soldados ó peones; aumentarán la población*"²⁷.

No Brasil, as recomendações de D. Pedro II sobre "o bom tratamento" a ser dispensado aos prisioneiros de guerra capturados pelas forças brasileiras eram de conhecimento geral, publicadas nas ordens do dia e também nos jornais brasileiros. E sendo advertido que se procederia, "do modo mais rigoroso", contra autoridade, oficial ou praça que, "esquecido da própria dignidade e das leis da guerra entre povos civilizados", injuriasse, espoliasse, ou deixasse "de respeitar a infelicidade e a vida dos seus prisioneiros"²⁸. Ao que tudo indica, os primeiros prisioneiros de guerra paraguaios chegaram ao Rio de Janeiro em 29 de novembro de 1865²⁹.

Posteriormente, o Ministro da Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz, através de uma circular datada de 25 de dezembro de 1865, estabeleceu as formas de tratamento dispensadas aos prisioneiros de guerra. Nela se estabelecia, por exemplo, que os oficiais prisioneiros poderiam escolher em que local do Brasil queriam residir, para onde viajariam sem escolta, recebendo o soldo e etapa devido ao seu posto, e tendo que se apresentar uma vez por semana à mais alta autoridade do local em que residissem. Já os praças seriam escoltados para depósitos de prisioneiros, em que responderiam às revistas e chamadas conforme estabelecido pelas normas brasileiras, recebendo fardamento, soldo e etapa. E tinham autorização para se empregarem em serviços particulares ou dos ministérios, pelos quais seriam remunerados, sem deixar de receber o soldo. Salientava ainda que os “benefícios que o prisioneiro obtiver pelo seu trabalho e indústria serão sua propriedade, da qual poderá dispor livremente”³⁰.

O tratamento dos prisioneiros no Brasil foi tão distinto entre os aliados que foi elogiado pelos próprios prisioneiros. O General Francisco Isidoro Resquin escreveu que “*á todos los prisioneros de guerra que tuvieron la suerte de pertenecer á aquella nacion civilizada y humanitaria, reconoció los diferentes grados militares de sus prisioneros de guerra, y les asignaron un sueldo á todos ellos, con dinero efectivo de aquella generosa nacion*”³¹.

PRISIONEIROS DE GUERRA EM ASSUNÇÃO E SAN JOAQUÍN

Às 18h do dia 13 de dezembro o Comandante da Esquadra paraguaia, Pedro Inácio Meza subiu a bordo e determinou que todos fossem reunidos porque mandara “*desembarcar al Comandante, tripulacion y pasajeros del paquete brasileiro “Marques de Olin-da” que en virtud de dicha sentencia quedan prisioneros de guerra*”, arriando o pavilhão brasileiro, sendo então os oficiais levados para o Quartel da Ribeira³².

De acordo com o escrivão mato-grossense, em 31 de dezembro de 1864, foi posta em liberdade a tripulação do *Marquês de Olin-da*, da qual faziam parte o mestre e o maquinista, que iriam servir no *Cuiabá*, o mesmo navio em que ele, o Primeiro-Tenente Mangabeira, e o Fiel Paula Reis iam embarcar. Lembra que “*estes homens vimos de nossa prisão, embarcar numa escuna ir aguas abaixo*” (ALMEIDA, 1869).

Em 1º de janeiro de 1865, um oficial paraguaio veio à prisão e lhes comunicou que o governo desejando “*hacer, en cuanto sea posible menos penosa la situacion*” dos prisioneiros brasileiros, designara-lhes “*para lugar de residencia la Capilla de San Joaquin*”, mediante a palavra de honra de que não iriam fugir. Dizia ainda que o governo paraguaio queria saber quanto recebiam porque iria lhes pagar meio soldo. Os brasileiros aceitaram ir para S. Joaquín, se comprometendo, por escrito, que não abandonariam o local dado como residência, mas recusaram o dinheiro, porque era proibido pela constituição imperial. O Ministro da Guerra e Marina insistiu, dizendo que o meio soldo não importava em soldo nem emolumentos por parte de seu governo, “*sino una conformidad con las prácticas de las naciones mas civilizadas*”, e que esse recurso se destinava a que cada prisioneiro “*pueda mas cómodamente proveer á sus subsistências y comodidad*”. Mas, novamente os prisioneiros recusaram a receber o dinheiro (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 32-33)³³.

Em 9 de janeiro de 1865, os prisioneiros deixaram o Quartel da Ribeira com destino a San Joaquín, sendo escoltados até a estação de trem de Assunção³⁴, viajando até a estação de Pirayú, e dali continuaram a cavalo até seu destino³⁵. De acordo com Arouca, “*as capillas paraguayas recordam nossos arraiaes sertanejos*”³⁶. O comandante da escolta levava um ofício no qual o Ministro Venâncio López ordenava ao oficial responsável pela vigilância naquela localidade que, além de não permitir que os prisionei-

ros se afastassem muito, que os visitasse duas vezes por dia, de manhã e à noite, devendo “*observar todos sus movimientos, y las correspondencias que llegam á recibir de quienes y de que parte, dandome cuenta de lo que haya observado en ellos*”³⁷.

O tempo passado em San Joaquín parece ter decorrido sem sobressaltos, posto que Almeida e Arouca praticamente não fizeram menções ao mesmo. Aliás, Almeida (1869) declarou que o oficial responsável “mais tarde teve de ser sacrificado por nos tratar bem”, falecendo anos depois em Cerro León. Era apenas a calma antes da tempestade.

PRISÃO EM TERRA E N'ÁGUA: VILLETA, HUMAITÁ E PILAR – A PRIMEIRA VÍTIMA

Em fins de novembro de 1865, uma escolta³⁸ vem buscá-los para levá-los a um novo local de prisão, Villeta, ao sul, e na margem esquerda do Rio Paraguai aonde, de acordo com Coelho de Almeida, chegaram no dia 1º de dezembro. Nessa jornada a cavalo, da qual Arouca muito reclamou (BRITTO, 1907, p. 39)³⁹, Almeida (1869) observou que eles foram “então tratados com rigor”. Porém pouco tempo ali permaneceram⁴⁰, pois logo foram embarcados no Vapor *Iporá*, com destino à Humaitá, aonde chegaram no mesmo dia, não recebendo alimento algum. Além disso, ao subirem a bordo, os brasileiros tiveram seus pés amarrados com um grosso cabo, à exceção de Carneiro de Campos, a quem deram uma cadeira para sentar-se durante a viagem, sendo que ao chegar ao destino foram “aliviados deste castigo”⁴¹.

Contudo, os prisioneiros permaneceram embarcados, sofrendo muitas privações e fome, além de ficarem “expostos ao tempo” (ALMEIDA, 1869). Nesse período, entre meados de dezembro até 14 de março, quando remontaram o rio para a Vila do Pilar, ocorreu a 1ª morte, a de Bueno Sampaio, em 28 de janeiro de 1866. Almeida e Arouca divergem ao relatá-la. O primeiro disse que Sampaio foi desembarcado e morreu em terra. Relem-

brando o fato mais de 40 anos depois, Arouca descreve a agonia do fiscal de descarga da Alfândega de Cuiabá⁴². Diz que, em uma tarde, “um vomito de sangue coalhara, de súbito, sobre as águas do Paraguay; (...) expirava ... Uma febre maligna (...) delirando, morria ... E morreu ali, no passadiço, verde como os tremadaes da terra maldicta que pisára” (BRITTO, 1907, pp. 40-41). Muito provavelmente o que Arouca narrou foram possivelmente as primeiras manifestações de uma infecção bacteriana ou talvez mesmo de uma úlcera gástrica. Como os paraguaios não sabiam o que era, e talvez temendo que fosse contagioso, desembarcaram o prisioneiro doente. Desconhece-se que tipo de tratamento recebeu, se é que foi tratado⁴³.

Em 14 de março, o *Iporá* subiu o rio, desembarcando os oito brasileiros na Vila do Pilar, onde ficaram presos em uma sala⁴⁴. E aqui nova divergência. Almeida relatou que no dia 24 de maio de 1866, ouviu tiros e que naquele mesmo dia um oficial com uma escolta de soldados armados apressadamente fez os prisioneiros embarcarem em uma carroça para serem retirados dali, deixando toda a sua bagagem. Arouca declarou que naquela nevoenta manhã, ouviu um bombardeio longínquo. Mas que só foram evacuados no começo de junho. Sua nova prisão ficava na “Porta do Boqueirão”, segundo Almeida, ou “Posta do Boqueirão”, de acordo com Arouca⁴⁵. Com a derrota sofrida pelos paraguaios na 1ª Batalha do Tuyuti, cujo fragor do combate Almeida e Arouca ouviram ao longe, provavelmente o comando paraguaio decidiu por removê-los da margem do rio para o interior.

EM BOQUERON: SEDE, FOME E OUTRA MORTE

De acordo com Almeida e Arouca, os prisioneiros permaneceram em Boqueron por cerca de 10 meses, sendo que só receberam a bagagem que ficara para trás um mês depois, sendo constatado que estavam

faltando “muitos trastes e roupas de uso”⁴⁶. Pouco disse sobre o lugar, bastante diferente de Arouca. O piloto baiano novamente reclamou do transporte, pois que a carreta era puxada por muares, e a estrada era sinuosa e acidentada. Descreveu o lugar como uma pequena propriedade rural em um local ermo, com uma casa que servia de “improvisado posto militar” que, na frente, tinha “grandes charcos de águas estagnadas; mais ao longe, um banhado, marginado de árvores bravas; e ao lado – velho chiqueiro abandonado que servira de abrigo ao rebanho de magras ovelhas do antigo proprietário”, cujo telheiro ali existente lhes serviu de prisão, e que eles trataram de melhorar na medida do possível. Mas ambos concordaram que a alimentação se tornou progressivamente pior, posto que o alimento diminuísse, recebendo-o “de 24 em 24 horas”. A água potável também escasseava, levando-os assim, “nas horas torturantes da sede” a beber “o verde líquido do pântano, colando os lábios ao limo asqueroso das poças do banhado!” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 45-47). O resultado foi o agravamento do estado de saúde dos prisioneiros. Arouca diz que era reumatismo, porque “ataca músculos e articulações”. E então o 2º prisioneiro morreu. Tratava-se do Fiel de 2ª Classe Paula Reis⁴⁷.

Arouca relatou que ele foi “vitimado por febres perniciosas”, que estava “horrorosamente magro”, e que, “sob a pele amarelenta, destacava-se a ossaria encarquilhada; os maxilares avançavam como duas mandíbulas enormes naquele rosto esquelético, de uma lividez de cadáver”. Que seus olhos estavam fundos, “sem brilhos, amortecidos, e às vezes fixos nalguma visão longínqua, que o delírio desenhava na tela de seu cérebro doente”, e que em uma tarde “numa ânsia indefinível, as mãos crispadas, vidrento o olhar, morreu”, sendo o corpo enterrado por seus companheiros (BRITTO, 1907, p. 47).

O Piloto Arouca relatou que também ficou doente de febre, e que embora um solda-

do paraguaio, “mais compassivo que seus irmãos de armas”, lhes tenham proporcionado ervas medicinais, estas não deram resultado. E que eram baldados os esforços do médico do Exército, o Dr. Antunes da Luz, em procurar ao redor da prisão plantas ou raízes com fins terapêuticos. Até que um dia, remexendo, remexendo “num bolso de seu casacão azul ferrete, bolso de que se não lembrava, sentiu nele um volume quadrangular, a maneira de uma caixa, e, rapidamente, tirou-o da misteriosa algibeira”, que era um estojo com grânulos homeopáticos, que seriam de “febrilina”. Ainda que o medicamento estivesse talvez deteriorado, Arouca acreditava que tinha se curado por causa dele (BRITTO, 1907, pp. 48-49), o que nos parece pouco provável. Talvez a febre não fosse tão violenta como pensara, não se devendo descartar o efeito psicológico da “febrilina”.

Pouco depois, em março de 1867, os sete prisioneiros foram intempestivamente retirados de Boqueron, para serem levados para outro local. Almeida (1869) relatou que, embora tenham saído imediatamente, Carneiro de Campos “pela sua idade e moléstias (que então estava sofrendo)” se atrasou, e “o cabo da escolta, desembainhando a espada, fê-lo subir sem lhe dar tempo para vestir-se”. Seu destino era o acampamento de Paso Pucú.

PASO PUCÚ E A RONDA DA MORTE

O deslocamento para Paso Pucú, situado próximo à retaguarda da linha fortificada de Curupayty, foi feito pela última vez a cavalo, sendo que as bagagens deles foram entregues dias depois da chegada, quando os brasileiros notaram que, mais uma vez, elas haviam sido revistadas, e algumas coisas haviam sumido. O baiano Arouca recordou dessa passagem que os animais estavam muito magros, o que havia lacerado os membros inferiores dos brasileiros, ficando estes com chagas abertas, e por isso mal “podiam suster-se nas pernas”, e

que tinham a pele “tostada pelo sol”. Lembrou que Carneiro de Campos estava “deslombado pelo cansaço, os cabelos enormemente crescidos, seminu, as pernas dependuradas” sobre a montaria. E que, ao chegarem, os soldados paraguaios surriavam “*Cambahy! Cambahy!* (...)” designando pelo apelido de negros aos brasileiros⁴⁸.

O acampamento de Paso Pucú foi um dos quartéis-generais utilizados por Francisco Solano López durante a guerra. Existem poucas descrições dessas instalações, e que normalmente se restringem àquelas ocupadas por López e seus ajudantes mais diretos (CENTURIÓN, 1894, pp. 133-135), ou aos hospitais paraguaios (CUNHA MATTOS, 1869). Desta forma, as descrições fornecidas pelo piloto baiano são um raro registro dessas instalações e de seu funcionamento.

As prisões, às quais Arouca chama de “calabouços”, eram “cercados de couro, também de peles recobertos”. Em um deles ficaram os sete brasileiros recém-chegados⁴⁹. À esquerda desse “calabouço” ficava outro, “repleto de soldados brasileiros e paraguaios, estes condenados por qualquer ligeira falta, aqueles aprisionados nos últimos recontros”. As latrinas ficavam à parte. De acordo com o piloto baiano, os presos eram compelidos ao trabalho forçado, além de fazerem a faxina das prisões. Todos os dias cabia “a um prisioneiro varrer e vasculhar a prisão, conduzir as matérias imprestáveis para o campo”, atividade última essa a qual também eram submetidos os oficiais⁵⁰, inclusive o adoentado Carneiro de Campos, que era coronel. Lembra que, por vezes, procuraram tomar seu lugar nessa tarefa, tentando “arrancar-lhe das mãos tremulas a vassoura infamante; mas, as sentinelas proibam que o façam” (BRITTO, 1907, pp. 54-55).

Os soldados paraguaios “estavam na maioria descalços, [com] as vestes em farrapos”. Já os recrutas, “os recém-vindos das aldeias e cidades do Paraguai”, vestiam “blusas vermelhas, calças azuis, barretinas

pretas”. Os veteranos “usavam roupas várias, chapéus de palha grosseira, camisas de azulão; e aqui, e ali, e acolá, se destacavam fardamentos do glorioso Exército Brasileiro, dois cadáveres despojados nos campos de batalha”. Os soldados de López ficavam “de ventre para o solo jogando as cartas”, em meio ao “alarido de cães famélicos”, com as armas “ensarilhadas; de distancia em distancia, um canhão dormindo sobre a carreta”, enquanto os cavalos e muros pastavam pelos campos, com “toques de clarim rasgando os ares”. O baiano completava afirmando que “se não descortinava ao menos uma lona branca de uma barraca de campanha” (BRITTO, 1907, pp. 58-59)⁵¹.

De acordo com Arouca, diariamente ocorriam execuções, nas quais eram incluídos brasileiros, oficiais e soldados, sendo que, “a uma hora determinada, saíam dos respectivos calabouços os designados para a matança”. Eram então “postos em linha, os olhos vendados, nem lhes deixavam articular a prece derradeira; ouvia-se a voz de comando altear-se entre os soldados: – Fogo!”. A seguir “Retumbava uma descarga de fuzilaria; os condenados rolavam, estertorando – uns, mortos os outros”. Por vezes, “contemplando as contorções de algum infeliz mal alvejado, estrebuchando, numa agonia pavorosa e má, a boca desmesuradamente aberta”, então “ecoava uma gargalhada de gozo da soldadesca ébria e prenhe de vociferações”. Os “mortos e moribundos eram arremessados no fosso”, jogando-se sobre eles a “terra ensanguentada” (BRITTO, 1907, pp. 59-61).

Em certa ocasião, relatou Almeida (1869), quando Souto e Mangabeira estavam agrihoados separadamente, “o primeiro por ter oferecido mate ao cabo que nos vigiava e o segundo por ter perguntado ao dito cabo onde se achava o Exército Brasileiro e o que fazia a Esquadra”, apareceu um major paraguaio chamado Palacio⁵², prometendo libertar ambos, além de fornecer alguns alimentos, pedindo em troca, que eles assinas-

sem um documento em que os brasileiros afirmassem que eram “bem tratados” e que “nunca” tinha lhes faltado coisa alguma. Naturalmente eles acabaram por assinar o documento com tais inverdades, e os dois oficiais brasileiros foram soltos. Mas o cabo paraguaio foi fuzilado.

Apesar das condições em que se encontravam, um deles não se submetia passivamente. Mangabeira, irrequieto, “incapaz de suportar em silêncio uma repreensão insólita”, discutiu com o cabo que fiscalizava o serviço da faxina. Como resultado, passou a noite algemado, mas, de tal forma que, “quando, no dia seguinte, tiram-lhe os ferros, tem as mãos inchadas, que fazem dó” (BRITTO, 1907, p. 70).

Para além das execuções sumárias e indiscriminadas, à margem de todo o processo legal, e dos castigos intempestivos, a alimentação deixou de ser fornecida. Segundo Arouca, “Nenhum alimento lhes chegava ao calabouço; nutriam-se de couro e de hervas bravas”, sendo o couro citado aquele que servia de tarimba, paredes e tetos da prisão. Como resultado de tão “nociva alimentação resultou sem demora geral disenteria” (BRITTO, 1907, p. 59).

Buscando minorar seu sofrimento, os prisioneiros ofereciam suas poucas posses aos seus carcereiros em troca de alimentos. Almeida mencionou especificamente o “Major Palácio”, a quem o Primeiro-Tenente Souto, “pouco antes de morrer, entregou um par de botões de brilhantes no valor de 400 e tantos mil reis e dois relógios patentes de ouro, para ser o produto empregado em viveres, de cuja comissão o dito major nunca mais deu conta” (ALMEIDA, 1869).

Em uma manhã de janeiro de 1868, quando somente sobreviviam Almeida e Arouca e andavam à cata de “de migalhas; porque o estomago, em deplorável estado, já não aceita nem digere o couro entesado do calabouço”. Almeida, ao voltar da latrina, segreda ao faminto Arouca “Meu caro, temos hoje

uma petisqueira... (...) Anda, vai tu que ainda tens este esfarrapado sobretudo... Mete o que lá achares sob a capa, e... está feita a diligencia”. E lá foi o piloto baiano buscar o quitute, que eram “as viceras de um carneiro morto na vespera, que ali haviam arremesado por imprestáveis!” Mesmo cheirando mal, ele as apanhou e escondeu dentro do velho casaco, e com isso aplacaram a fome por três dias (BRITTO, 1907, pp. 99-100).

As condições enfrentadas pelos prisioneiros brasileiros levaram cinco deles à morte no espaço de 61 dias. Almeida reportou seus nomes e datas dos falecimentos, afirmando terem “sucumbido todos por inanição resultante da falta de alimentos”. E Arouca forneceu detalhes das mesmas.

O sexagenário Coronel Frederico Carneiro de Campos faleceu na tarde de 3 de novembro 1867, em consequência, segundo o piloto baiano, das notícias que davam conta de uma pretensa vitória paraguaia na 2ª Batalha do Tuiuti. Já para Almeida, o coronel morreu em razão do agravamento das moléstias das quais padecia. Cumprindo sua última vontade, seu cadáver foi enterrado sem o uniforme. Após o falecimento de Carneiro de Campos, uma comissão de paraguaios veio arrecadar o espólio do morto, de que faziam parte “um aparelho de prata para almoço, dois relógios, um cordão”, além de vários outros itens, bem como “seus livros e papeis, seus uniformes, roupas e dinheiro em ouro, que tudo foi entregue pelo Piloto Arouca”⁵³, espólio esse que nunca mais foi visto.

O próximo a morrer foi o Capitão Primeiro-Cirurgião do Exército Dr. Antonio Antunes da Cruz, em 4 de dezembro de 1867, aos 49 anos de idade. Arouca lembra que, “esgotados os seus específicos, em vão procuraria salvar-se (...) E veio a morrer de fome! ... Deram-lhe por mortalha um couro do calabouço... aquele mesmo couro que ele tantas vezes roera, faminto, bestializado pelas exigências do estômago...” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, p. 61).

Em 31 do dezembro de 1867 falecia, com 43 anos de idade, o Primeiro-Tenente Reformado da Armada Manoel Luiz da Silva Souto. Atormentado pela fome, ele comeu impulsivamente algumas pimentas vermelhas que Braga encontrara e trouxera, ao retornar da faxina. Logo “vergam-se-lhe as pernas, estertora em convulsões e cai. Levantam-no, sacodem-no, aspergem-lhe o rosto de água frígida; é de balde – Silva Souto está morto! (...) Tem o corpo roxeado; as mãos hirtas; os olhos cristalizados nas órbitas” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, p. 69).

No dia 4 de janeiro de 1868, o Piloto José Antonio Rodrigues Braga delira. “Ergue-se do chão que lhe serve de leito, abre os braços”. De repente, “começa a blasfemar. Uivos de cães brotam-lhe da garganta; geme, brada, pragueja. Dir-se-ia que está a dirigir um navio em meio a um temporal, sob o raivar dos elementos desencadeados... E expira vociferando” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, p. 71)⁵⁴.

O último a falecer foi o Primeiro-Tenente da Armada Agnelo de Faria Pinto Mangabeira, em 21 de janeiro de 1868, aos 47 anos de idade. Arouca o descreveu como “baixo, bigodes espessos, corporatura regular”, e que no dia de sua morte, como se a pressentisse, “conversou toda a manhã; narrou aos companheiros, com minudencias, sua vida passada; e disse, os olhos marejados de pranto, que era casado e deixava filhos”, e lembrou-se de seus pais. Pediu aos companheiros que “Se algum de vocês escapar, conte aos meus que morri pensando neles...”. A seguir deitou-se. “A principio forte era sua respiração; depois, o arquejar dos pulmões tornou-se compassado, imperceptível: Mangabeira dormia. Seriam duas horas [da tarde]”. Mais tarde, “Às 6 horas, como não despertasse, chamaram-no; não respondeu. Ergueram-no então: estava gelado, gelado que parecia uma baioneta dormida ao relento da noite... (...) Morreu como um cordeiro, sem um gemido, sem dar um ai!” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 70-71).

Almeida afirmou que, daí por diante, as coisas pioraram ainda mais, porque passaram a ser “obrigados a fazer serviços” para os quais não tinham forças. E logo nova mudança de prisão ocorreu. Em 16 de fevereiro de 1868, eles abandonaram Paso Pucú, marchando para seu novo cárcere, a Fortaleza de Humaitá, mais uma vez deixando suas bagagens para trás, nunca mais as encontrando (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 100-101).

EM HUMAITÁ, QUANDO OS ENCOURAÇADOS PASSAM

Apesar de apenas 10 km separarem Paso Pucú de Humaitá, os prisioneiros só chegaram no dia 18 à tarde, segundo Arouca, ou às 21h30min de acordo com Almeida, evidenciando o estado de fraqueza física em que se encontravam. Estavam eles presos, trancados⁵⁵, e já deitados quando ouviram ruídos de navios a vapor, e as explosões de muitas bombas, uma das quais arrebentou a porta do cárcere, empurrando-a para dentro. Era a divisão encouraçada brasileira que afrontava o poder de fogo e vencia o obstáculo representado pela fortificação paraguaia⁵⁶. A preparação dessa operação não deve ter passado despercebida aos espiões paraguaios, o que nos leva a conjecturar que a repentina mudança dos prisioneiros para aquele ponto da defesa paraguaia visava talvez usar os prisioneiros para constranger as operações da Armada brasileira.

Almeida (1869) e Arouca relatam terem encontrado em Humaitá o Cônsul brasileiro Amaro José dos Santos Barbosa “agonizando sobre um couro de boi”, além do Major Cunha Mattos e vários oficiais do 4º Regimento de Artilharia, que haviam sido capturados na 2ª Batalha do Tuiuti (BRITTO, 1907, pp. 102-109).

A HORA MAIS ESCURA: SAN FERNANDO – LOMAS VALENTINAS

Cerca de um mês depois, os prisioneiros foram evacuados de Humaitá para Timbó, situado pouco ao norte no Chaco, na mar-

gem direita do Rio Paraguai, sendo transportados pelo *Igurey*. Arouca relatou que daí seguiram atravessando banhados e alagadiços, sob sol e chuva, chegando a um lugar que ele chamou equivocadamente de San Antonio, e que provavelmente é Monte Lindo. Ali outro vapor, que não foi identificado, levou-os de volta à margem esquerda, onde estava o *Anhambahy*, vapor brasileiro capturado pelos paraguaios quando da invasão do Mato Grosso, agora “sem mastros; sem chaminé, coberto de trepadeiras”. E dali continuaram sua caminhada para San Fernando, uma *estancia de La Patria* localizada na margem direita do Rio Tebicuary, onde teriam ficado três meses, e de onde seguiram para às Lomas Valentinas (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 109-110). Note-se que as distâncias são de aproximadamente 50 km para o primeiro trecho, enquanto 100 km separam os dois últimos pontos.

As mortes se sucediam, porque os guardas tinham ordem de lancear os presos que não pudessem acompanhar a marcha. Almeida afirmou que “muitos soldados brasileiros, argentinos e diversos paisanos de diversas nações” foram mortos. E as ordens discricionárias de Francisco Solano López para execuções atingiam também paraguaios, como o Coronel Paulino Allén, morto nas cercanias de Villeta, ex-ministros, como José Berges e mesmo parentes do marechal presidente, como seu irmão Benigno, mortos na área das Lomas Valentinas. Além das marchas e trabalhos forçados, os prisioneiros podiam ser punidos por qualquer coisa. E uma das formas de castigo era prenderem os tornozelos dos prisioneiros com tiras de couro úmidas que, ao secarem retesavam-se, comprimindo os tecidos ao ponto de os rasgarem, sendo que só podiam ser retirados mediante o corte das referidas tiras⁵⁷.

A violência do governante paraguaio não poupava ninguém: “Vi até fuzilar-se uma pobre velha, incepar⁵⁸ crianças e açoitar atrocamente muitas mulheres” escreveu Almeida

(1869), registrando ainda o caso pouco conhecido de um traidor ao serviço do inimigo, justamente em um daqueles tribunais de exceção, “no qual era inquisidor o Cadete Simplício, do nosso Exército (hoje fuzilado), que mandava açoitar barbaramente, pela menor discrepância que notava nas declarações das vítimas, que lhe eram apresentadas”⁵⁹.

As memórias de Coelho de Almeida e Pereira Arouca sobre esse período do cativo não são precisas, posto que não haja uma clara definição do que ocorreu em cada prisão. Poder-se-ia argumentar que, no caso de Almeida, tratou-se do próprio estilo do relatório que fez. Já Arouca teria de recordar de fatos passados há quase 40 anos. Contudo, em razão das brutalidades a que estavam submetidos, aqueles eventos devem ter-lhes parecido ininterruptos, porque “A mortandade era considerável. Os fuzilamentos não cessavam: todos os dias; ao amanhecer, retiravam dos calabouços grande numero de cadáveres dos que sucumbiam à fome e às flagelações” (ALMEIDA, 1869).

E foi justamente em Lomas Valentinas que eles acreditaram que tivesse soado sua hora final. Isto porque Almeida e Arouca tiveram seus nomes lidos entre aqueles que seriam executados. Enquanto o primeiro escreveu, de maneira fatalista, “que recebi esta noticia com a maior indiferença e antes agradei a Deus o termo de meus sofrimentos”, o segundo, de uma forma muito humana, “acalenta o desejo ardente de fugir”. Era o dia 26 de dezembro de 1868, quando se preparava o ataque final das forças aliadas contra as posições paraguaias. Mas, no momento do desenlace, eis que são surpreendidos com a seguinte declaração de um soldado paraguaio: “*Usted tivero suerte; carahy Supremo les perdona*” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 147-148).

Essa súbita mudança de atitude tem sido relacionada por alguns autores à fuga de López e seu séquito, após a derrota em Itá-Ivate (THOMPSON, 1869, p. 308; BRITTO, 1907,

pp. 148-155)⁶⁰. Porém, já em 25 de dezembro, López ordenara a libertação de alguns prisioneiros⁶¹. E no dia 26, enquanto o grupo de que faziam parte Almeida e Arouca tinham a sentença comutada, outros, como aquele em que estavam os Majores Cunha Mattos e Von Versen, também eram postos em liberdade por ordem direta do líder paraguaio. As razões para essa diferença de tratamento são desconhecidas, e só podemos conjecturar que talvez estivesse relacionada tanto à necessidade de liberar soldados do serviço de guarda para serem empregados em combate, como talvez de angariar alguma simpatia dos aliados para com o *Carai Guasú* (THOMPSON, 1869, p. 57) com esses seus gestos “de graça”.

Assim, enquanto alguns conseguiam a liberdade, e as forças aliadas tomavam Assunção, a capital abandonada pelo inimigo, outros, como Almeida e Arouca, permaneciam prisioneiros e, em 1º de Janeiro de 1869, marchavam para um novo local de cativo, desta vez em Cerro León. Quando saiam da área de Ita-Ivaté, passaram por locais onde a cavalaria brasileira estivera, encontrando ali “alguns saquitéis de milho apodrecido, caídos por certo das bocas dos nossos cavalos, e com os quais passamos, eu [Arouca] e Coelho de Almeida, regaladamente” (BRITTO, 1907, p. 154).

EM CERRO LEÓN E NAS CORDILLERAS: OS ÚLTIMOS CATIVEIROS

Os prisioneiros caminharam por quatro dias cerca de 40 km, passando por “banhados, sangas, alagadiços, que se fazia de mister passar com água pelos peitos, chuvas e sóis”, além de receberem açoites e outras agressões por parte da escolta. Para piorar, Arouca foi atacado por uma erisipela (BRITTO, 1907, p. 158). E, da mesma forma como ocorreu em relação a San Fernando e Lomas Valentinas, as lembranças de Almeida e Arouca também são algo confusas. Mas

revelam aspectos pouco referidos ou estudados pelos pesquisadores.

Ao lá chegarem, Almeida (1869) relatou que encontraram outros oficiais prisioneiros, como os brasileiros capturados em Corumbá, e argentinos, do Vapor *25 de Mayo*, aprisionados quando seu navio foi capturado em Corrientes, em 13 de abril de 1865 (CORRÊA-MARTINS, 2015, p. 18). A maioria morreu de fome, com exceção “do Primeiro-Tenente de artilharia Barboza, doutor do Exército Reis, Piloto Israel e um primeiro-tenente argentino, que foram fuzilados”.

Já o Piloto Arouca relatou que, ao chegarem ao Cerro León, foram “introduzidos numa vasta prisão cavada no rochedo. (...) Cerca de 500 homens, empilhados e agrilhoados, são enterrados vivos nesse tumulto sinistro e pavoroso”. E que “Durante a noite, a prisão parecia um inferno: havia blasfêmias, ais, gritos, maldições, gemidos... O suor era tanto que o lagedo amanheceu encharcado; os mais fracos alucinaram-se...” (BRITTO, 1907, pp. 158-159). Porém, Cerro León é uma elevação suave, sem rochas aflorantes. Na verdade, Arouca e seus companheiros de infortúnio foram confinados em uma das grutas existentes no sopé das chamadas *Cordilleras*, uma região ao leste de Assunção que, apesar do nome, tem uma altitude máxima por volta de 200 metros. Almeida não fez qualquer referência a esse lugar.

Pouco tempo ali ficaram, pois começam a seguir em direção à Ascurra, distante cerca de 10 km ao norte. A subida era perigosa, pois o caminho, talhado na rocha, era estreito, sentindo frio e sob o terror imposto pela escolta paraguaia (BRITTO, 1907, pp. 159-160), pois “os que cansavam eram lanceados” e “os alimentos tornaram-se tão escassos que vi-me obrigado a comer couro seco de boi, cascas de laranjas, ossos, etc.” (ALMEIDA, 1869).

Segundo Arouca, os prisioneiros ficaram cerca de três meses em Ascurra, empregados em preparar o terreno e plantar feijão e milho. Teria sido “o melhor tempo que se

lhes depara” desde a captura do *Marquês de Olinda* (BRITTO, 1907, p. 160). Isto porque seu trabalho como agricultores ali atendia ao esforço de guerra paraguaio, ao produzir alimentos para o Exército de López⁶², o que permitiu que os prisioneiros mitigassem sua crônica fome.

Em fins de março de 1869, os prisioneiros saem de Ascurra com destino a Piribebuy, perto de 15 km ao sudeste, na mesma região da *Cordillera*. No caminho, a fome volta a atingi-los. À noite, eles dormem enrolados em couros, com os pés amarrados. Na manhã seguinte a uma dessas ocasiões, Arouca “sente em baixo de si um volume singular, que a imensa fadiga o privava de perceber antes: – um gato, morto pela asfixia, conservava-se inteiriçado sob a pele que servia de cobertor e lençol”. Pelo menos, no dia seguinte, o alimento estava garantido (BRITTO, 1907, p. 161).

De acordo com o piloto baiano, os prisioneiros acamparam nas cercanias de Piribebuy, onde ficaram cerca de cinco meses. E foi ali, em fins de maio de 1869, que presenciou “a uma das mais terríveis matanças ordenadas por Solano Lopez” (BRITTO, 1907, p. 161), e que parece ter passado despercebida até agora.

Isto porque, em 29 de maio, o marechal presidente enviara uma nota de protesto ao Conde d’Eu, comandante das forças brasileiras, protestando contra a presença da bandeira paraguaia junto às bandeiras aliadas, que vira na manhã daquele dia, pedindo que a mesma lhe fosse entregue, bem como que não fosse mais usada, afirmando ainda que “*los desgraciados prisioneros [paraguayos] nunca fueron respetados*” pelos aliados e, lembrando as ameaças que fizera em 1865 caso não fosse atendido, porque “*la republica tiene un considerable numero de prisioneros*” aliados. O Conde d’Eu respondeu, no mesmo dia, que desconhecia a nota de 1865, que os aliados não faziam guerra à nacionalidade paraguaia, e que di-

ferente do que fora afirmado, os prisioneiros paraguaios têm sido tratados pelos aliados com humanidade, o que “contrasta com as crueldades exercidas nos súditos das nações aliadas, os quais tiveram a infelicidade de cair no poder do Marechal López, e que aos centenaes têm sofrido diferentes gêneros de morte”, fatos esses conhecidos por declarações daqueles que escaparam, bem como da documentação oficial paraguaia capturada. Esta resposta foi recebida por Francisco Solano López no dia 30, que respondeu em 3 de junho, transcrevendo a nota de 1865, a qual não teve resposta (TAUNAY, 1870, pp. 67-69, 78-81).

É necessário esclarecer que desde 1865 havia sido organizada por dissidentes que viviam na Argentina uma *Legión Paraguaya*, com as cores de seu país, e que atuou enquadrada no Exército argentino (AGUI-NAGA, 1959, p. 45). Ora, a presença dessa pequena força em território paraguaio e portando a bandeira tricolor foi vista por López como contestação ao seu supremo poder, o que ele não podia aceitar.

Assim, ele cumpriu sua ameaça. No dia 31 de maio, cerca de “400 homens caem lançados ou fuzilados”, ou seja, antes de Solano López enviar nova resposta ao comandante brasileiro. Naquele dia “formaram em linha os prisioneiros; havia-os de varias nacionalidades, inclusive italianos e portugueses”. Um oficial, tendo em mãos a lista com o nome dos condenados, indagava a cada um “o nome, o país, a data da prisão. E dizia a uns: – Siga! E a outros: Fique!”. Na vez de Almeida e Arouca, a resposta foi a mesma: fique. Pouco depois entenderam que faziam parte de um grupo inferior a vinte sobreviventes (BRITTO, 1907, pp. 162-164),

Com a aproximação dos aliados, os poucos prisioneiros seguem o Exército paraguaio em retirada, entre eles um tenente da Armada Argentina sobrevivente do *25 de Mayo* (BRITTO, 1907, p. 166), e que logramos identificar como sendo o Tenente Vicente D. Constantino. Após caminharem cerca de 30

km na direção sudeste, eles estavam, em 16 de agosto, próximos de Campo Grande, ou Acosta Ñu, onde presenciavam de longe uma batalha em que crianças paraguaias foram utilizadas massivamente como soldados, buscando retardar o avanço inimigo e possibilitar a fuga de López (CORRÊA-MARTINS, 2015, pp. 326-328).

ESTA NOITE, A LIBERDADE

No dia seguinte, a escolta conduzindo Almeida, Arouca e Constantino pôs-se a caminho buscando chegar à Caraguatay. Porém, o aumento das baixas paraguaias acabou por reduzir o número de guardas, e o avanço das forças aliadas prosseguia isolando partes do Exército de López, eles tiveram que fazer várias voltas, buscando escapar do inimigo. Assim, na noite de 18, o grupo parou nas imediações de um arroio afluente do Rio Piribebuy, ao reconhecer a presença de forças brasileiras. O major paraguaio que comandava a escolta, após algum tempo, decidiu dar-lhes a tão sonhada liberdade, partindo então com a maioria de seus homens. Esgotados, os três ex-prisioneiros decidiram então dormir para prosseguirem pela manhã em busca dos aliados (BRITTO, 1907, pp. 173-175)⁶³.

Ao amanhecer, colocaram-se a caminho, preocupados porque estavam em território inimigo, fracos e sem condições de se defender. Andaram buscando contornar os cursos d'água, já que não tinham forças para nadar. A certa altura, encontram soldados paraguaios, armados de lanças. Após momentos de tensão, descobrem que eles querem ir à Caraguatay para se render porque "o inimigo está tratando bem aos nossos". Juntos prosseguem e conseguem por fim encontrar uma ponte rústica que permite atravessar um afluente do Rio Manduvirá. No meio da tarde, o grupo encontra dois cavalarianos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, que ordenam que parem, lhes perguntando quem eram. Almeida e Arouca responderam

que eram "Prisioneiros de cinco [sic] anos, e vossos patrícios". Os soldados brasileiros responderam então "Sede bem vindos aos braços de vossos irmãos! Segui; ao voltardes àquela curva, encontrareis um destacamento que vos dará gasalhado [sic]". Podemos apenas conjecturar sobre o turbilhão de emoções que varreram suas mentes neste momento (BRITTO, 1907, pp. 175-180).

Os três oficiais aliados ex-prisioneiros e os nove paraguaios que os acompanhavam logo chegaram ao destacamento. Almeida, Arouca e Constantino são recebidos carinhosamente e logo, montados nas garupas das montarias dos cavalarianos, são levados para Caraguatay, onde chegaram ao cair da noite de 19 de agosto, quando ali reencontram o Major Cunha Mattos, libertado do cativo paraguaio em Lomas Valentinas. No dia seguinte, foram apresentados ao Conde d'Eu e seu estado-maior. O conde "interrogou-os longa e detidamente"⁶⁴. E, no dia 24, seguiram para a Assunção, em um comboio de carretas, mueres e peões, em que iam também enfermos e feridos, além de troféus de guerra "e a prata arrecadada nas bagagens do próprio Marechal [López]" (ALMEIDA, 1869; BRITO, 1907, pp. 186-187).

O RETORNO

Em Assunção, Almeida e Arouca deram conta ao Conselheiro José Maria da Silva Paranhos do que ocorrera com Carneiro de Campos. Foi nesse período que Almeida (1869) redigiu seu relatório, que finalizou em 26 de agosto. Receberam três meses de soldo para compra de uniformes e alimentos e, dentro em pouco, embarcavam no Transporte *Marcelio Dias* com destino ao Rio de Janeiro, onde chegaram em 15 de setembro de 1869 (BRITTO, 1907, p. 188)⁶⁵. O mencionado navio trazia, além de outros passageiros e militares, a "quantia de 226:000\$000 em notas que foram tomadas pelas forças de López em Mato Grosso", e 139 prisioneiros paraguaios, entre oficiais e praças, aos quais se soma-

vam “quatro mulheres prisioneiras”, provavelmente companheiras de alguns deles⁶⁶. Logo depois de chegarem, ambos tiveram uma licença de quatro meses “para tratar das enfermidades que adquirira durante o tempo em que esteve prisioneiro do inimigo”⁶⁷.

Enquanto convalesciam, Almeida e Arouca trataram de comunicar a morte do Major de Artilharia Antonio José Augusto Conrado, ocorrida em março daquele ano em Ascurra, o qual fora capturado em 5 de fevereiro de 1865, no Mato Grosso, sendo despojado dos objetos de valor que levava e sofrido “as maiores violências e inumano tratamento”⁶⁸. E em relação aos seus companheiros de infortúnio no *Marquês de Olinda*, mandaram rezar uma missa, na Igreja de São Francisco de Paula, às 9 horas do dia 29 de outubro de 1869, “pelo repouso eterno de suas almas”⁶⁹.

Após o término de suas licenças, os dois ex-prisioneiros retomaram suas carreiras na Armada e constituíram famílias, sendo ambos reformados compulsoriamente no posto de capitão de mar e guerra graduado, Pereira Arouca em 1º de maio de 1893 e Coelho de Almeida em 29 de junho de 1910.⁷⁰

CONCLUSÕES

Quando o *Marquês de Olinda* partiu de Montevideú, em 3 de novembro de 1864, seus tripulantes e passageiros muito provavelmente pensavam em seus afazeres ou nas missões que desempenhariam na Província do Mato Grosso. Nem de longe desconfiavam que seriam atores forçados de um drama do qual não desejavam participar.

Para Francisco Solano López, o apresamento do navio brasileiro significava dizer ao Brasil que não blefara em 30 de agosto de 1864. Mas a suspeita de que o *Marquês de Olinda* transportava armamento acabou falando mais alto e determinando a ação.

Após um processo eivado de vícios, em que a sentença já estava previamente determinada, os oficiais brasileiros foram considerados prisioneiros de guerra e levados para o interior do país, nem tanto por receio de uma fuga, mas provavelmente para obstar o recebimento de algum tipo de auxílio.

Ao longo da descrição do tempo passado em cativeiro, acompanhamos a piora progressiva no tratamento dos prisioneiros, com restrições de acomodações e nutrição, levando-os a se alimentarem do que pudessem obter, de pedaços de couro, ossos de animais, cascas de laranjas, vísceras em decomposição, até de frutos que podiam causar a morte.

A par disso, as constantes ameaças dos guardas, através de agressões e castigos físicos, debilitavam ainda mais aqueles que estavam prisioneiros de López. A fraqueza progressiva, o desconhecimento a respeito do país, além do próprio ambiente natural impediam a fuga dos prisioneiros porque, além de não saberem a que distância estavam das linhas aliadas, os esteiros funcionavam como armadilhas, por vezes fatais.

A presença da morte tornou-se uma constante, tanto pela fome como pelas marchas forçadas nas mudanças de acampamento, sem esquecer-se das execuções sumárias, ordenadas à margem de qualquer processo legal, inclusive aquela ordenada em 31 de maio de 1869, tão pouco conhecida.

Infelizmente, as narrativas de Coelho de Almeida e de Pereira Arouca não são exceções no que diz respeito ao tratamento desumano aos prisioneiros de guerra, brasileiros ou não, por parte dos paraguaios os quais, submetidos a um governante opressor e despótico, acabavam por reproduzir sobre aqueles a que submetiam todo o terror a que estavam expostos.

O contraste com o tratamento recebido pelos prisioneiros paraguaios no Brasil é tão grande que foi reputado como “excessivamente leniente”, a tal ponto que eles pediam para ficar,

embora José Falcón, o mesmo da comissão de devassa do *Marquês de Olinda*, e que fora enviado ao Rio de Janeiro como prisioneiro de guerra, reclamasse porque D. Pedro II não tinha atendido a um pedido dele (CASTRO, 2015, pp. 91-93).

Quando fez seu relatório, Cunha Mattos (1869) disse que o fato de o escrivão Almeida e do piloto Arouca terem chegado em Lomas Valentinas “debaixo do vergalho, sem comer, sem dormir, sarnentos, magros, como a própria magreza” era “um facto miraculoso”, que “Minha pena não dispõe de cores para pintar esses brasileiros, na miséria em que os vi ultimamente”, e que naquelas condições, acreditava que era “bem natural que já não existam”.

Mas, contrariando todos os prognósticos, eles viveram para contar as suas histórias e as de seus companheiros desaparecidos nos campos de prisioneiros de guerra no Paraguai.

AGRADECIMENTOS

Ao Arquivo da Marinha e ao Arquivo Histórico do Exército pelo inestimável apoio prestado, mesmo nestes tempos de pandemia. Ao Dr Adler Homero Fonseca de Castro (IPHAN/RJ) e ao Professor Alberto del Pino Menck, do Instituto de Historia y Cultura Militar del Uruguay “Coronel Rolando Laguarda Trías” (Uruguai), pelas discussões sobre prisioneiros de guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando Miguel Pinho de. Fé de Ofício do Coronel Frederico Carneiro de Campos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 272, 1966, p. 301-310.

ALMEIDA, João Coelho de. Parte Oficial – Ministério da Marinha. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 259, 22 de setembro de 1869, p. 2.

BRITTO, José Gabriel de Lemos. *Guerra do Paraguay: narrativa histórica dos prisioneiros do Vapor Marquez de Olinda*. Bahia [Salvador]: Litho-Typ. e Encadernação Reis & C., 1907.

CARDOZO, Efraím. *Hace cien años: cronicas de la Guerra de 1864-1870*. Vol. I. Asunción: Ediciones EMASA, 1967.

CARVALHO, Alexandre Manoel Albino de. *Relatorio do Presidente da Provincia do Mato Grosso o Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho apresentado á Assembleia Legislativa Provincial na abertura da Sessão Ordinária de 3 de maio de 1864*. Cuiabá: Typ. de Souza Neves e Comp.^a, 1864.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Os campos de concentração do imperador: prisioneiros de guerra paraguaios no Brasil. *A Defesa Nacional*, 829 (1): 82-96.

CENTURIÓN, Juan Crisostomo. *Memorias del Coronel Juan Crisostomo Centurión ó sean Reminiscencias Historicas sobre la Guerra del Paraguay*, Vol. I. Buenos Aires: Imprenta de Obras, de J. A. Berra, 1894.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Nas águas do Prata: operações da Marinha brasileira entre 1854 e 1865. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, Vol. 11, nº 22, 2015, p. 09-26.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Jogos nada infantis: A participação de crianças e adolescentes na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In: RODRIGUES, Fernando da Silva, PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (eds.) *Uma tragédia americana: A Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p. 285-335.

CUNHA MATTOS, Ernesto Augusto da. Parte Oficial – Ministério da Guerra. *Diario do Rio de Janeiro*, nºs 119 e 120, 1º e 2 de maio de 1869, p. 1 e 1-2.

CUNHA MATTOS, Raimundo José da. *Repertorio da Legislação Militar, actualmente em vigor no Exercito e Armada do Império do Brazil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Comp., 1834.

- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. [1. ed.], São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GILL AGUINAGA, Juan Bautista. *La Asociación Paraguaya en la Guerra de la Triple Alianza*. [Buenos Aires]: Edición del Autor, 1959.
- JACEGUAY, Artur Silveira da Motta, Barão de; OLIVEIRA [FREITAS], [Carlos] Vidal de. *Quatro séculos de actividade marítima: Portugal e Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- MASTERMAN, George Frederick. *Seven Eventful Years in Paraguay. a narrative of personal experience amongst the Paraguayans*. London: Sampson Low, son and Marston, 1869.
- SOARES, Rodrigo Goyena (org.). *Diário do Conde d'Eu, comandante em chefe das tropas em operação [sic] na República do Paraguai*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.
- SOUZA, Luiz de Castro. *A Medicina na Guerra do Paraguai*. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [1972].
- TAUNAY, A.[fredo] d'E.[scragno]lle]. Campanha do Paraguai. Commando em Chefe de S. A. o Sr. Marechal do Exército Conde d'Eu. *Diário do Exército*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.
- THOMPSON, George. *The War in Paraguay. With a historical sketch of the country and its people and notes upon the Military Engineering of the War*. London: Longmans, Green, and CO., 1869.
- WASHBURN, Charles A.[mes]. *The History of Paraguay, with notes of personal observations, and reminiscences of diplomacy under difficulties*. Vol. I. Boston, New York: Lee and Shepard, Publishers, Lee, Shepard and Dillingham, 1871.

NOTAS

¹ Parte Oficial – Ministerio da Marinha. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 259, 22 de setembro de 1869, p. 2, e Parte Oficial – Ministerio da Marinha. *Jornal do Commercio*, nº 263. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1869, p. 1, colunas 1 e 2.

² Foi republicada na *Matto-Grosso – Revista Mensal de Ciências, Letras, Artes e Variedades*, nº 6, 1907, p. 148-152; na *Gazeta Oficial do Estado do Matto-Grosso*, em 3 de março de 1927, e na *Revista do Instituto Histórico de Matto-Grosso*, Vol. 29 e 30, 1933, p. 159-169.

³ José Gabriel Lemos Brito tinha 21 anos incompletos quando o livro foi publicado, em 1907. Foi feita uma segunda edição, publicada em 1927, com alguns acréscimos, mantendo essencialmente o conteúdo da edição anterior.

⁴ Registro do Porto. Sahidas no dia 8. *Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal*, nº 307, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1859, p. 3.

⁵ Livro para Registro dos Passageiros do Vapor *Marquez de Olinda*, pertencente à Comp.^a de Navegação do Alto Paraguay, fls 1 a 3, PY ANA ANA-AHRP-PY-5127-1-135, Archivo Nacional de Asunción.

⁶ Além do *Marquês de Olinda*, a companhia de navegação dispunha ainda de outro navio menor, o *Visconde de Ypanema*. Mas havia reclamações sobre o serviço oferecido, o preço das passagens e o intervalo entre cada viagem. E a empresa era subvencionada pelo governo imperial (CARVALHO, 1864, pp.14-15).

⁷ Dados obtidos fornecidos a partir dos almanaques e livros de assentamentos do acervo do Arquivo da Marinha.

⁸ Livro para Registro dos Passageiros do Vapor *Marquez de Olinda*, pertencente à Comp.^a de Navegação do Alto Paraguay, fls 133 e 135. PY ANA ANA-AHRP-PY-5127-1-135, Archivo Nacional de Asunción.

⁹ *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, nº 35, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1865, p. 1.

¹⁰ Dados obtidos fornecidos a partir dos almanaques e livros de assentamentos do acervo do Ar-

quivo da Marinha. Tanto Almeida como Arouca haviam ingressado na Força Naval com 17 anos incompletos, o que nos permite supor que as idades do Piloto Braga e do Fiel Paula Reis fossem então inferiores a 20 anos.

¹¹ Dados estabelecidos a partir dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Rio Branco, (de ora em diante BNRJ, CRB), I-30,7,27, nºs 7, 8, 9, 10 e 12. PY ANA ANA-AHRP-3202-1-12, Archivo Nacional de Asunción. Na BNRJ há microfílm com a cópia completa do arquivo da Coleção Visconde de Rio Branco, devolvido ao Paraguai na década de 1980. Note-se que essa relação difere em alguns nomes daquela reportada por Pereira Arouca (BRITTO, 1907, p. 3), o que talvez indique lapsos de memória.

¹² De acordo com Cardozo (1967, p. 19), que se equivocou ao afirmar que todos os passageiros brasileiros eram militares, posto que o Oficial da Alfândega de Cuiabá Bueno de Sampaio era um empregado provincial.

¹³ Noticiário. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 293, 24 de outubro de 1864, p. 1, e dados obtidos nos livros de assentamentos do acervo do Arquivo da Marinha.

¹⁴ ALMEIDA (1869). E não no dia 30 de outubro, como equivocadamente escreveu BRITTO (1907, p. 1).

¹⁵ Arouca disse que chegaram às 20h e que vários passageiros desembarcaram, o que não nos parece crível em função da natureza autocrática e policial do Governo paraguaio. Por outro lado, Almeida (1869) relatou que eles chegaram por volta das 23hs e não mencionou qualquer desembarque, nem o atraso em Humaitá. Cardozo (1967, p. 19) não fez menção ao incidente em Humaitá, e se equivocou ao afirmar que o navio chegara de madrugada.

¹⁶ Cardozo (1967, p. 19) se equivocou ao dizer que o *Marquês de Olinda* partira às 14h45min.

¹⁷ Thompson (1869, p. 26) escreveu que eram 200 milhas, informação repetida por Centurión (1894, p.193) sem indicação da fonte.

¹⁸ Arouca lembra que o *Tacuari* tinha a "amurada repleta de marinheiros e soldados [de onde] partiram sarcasmos e insultos", e que no retorno à Assunção, o navio paraguaio "por menos preço [sic], num desafio que baixava ao nível da covardia apadrinhada, mettia pela popa da nossa embarcação o esporão da bujarrona, dando-lhe pontacos, entre gargalhadas e torpes allusões". E que chegaram à capital paraguaia, às 20h (BRITTO, 1907, pp. 11-15). Este último ou Arouca se equivocaram em relação às datas. ALMEIDA (1869) diz que chegaram às 21h "mais ou menos" e refere o embarque da tropa paraguaia na mesma noite. Cardozo (1967, p. 22) diz que chegaram às 22h45min, e nada registrou sobre a guarda ao vapor ou o cerco feito pelos escaleres.

¹⁹ Documentos nºs 1 e 3 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 nºs 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción.

²⁰ Documento nº 4 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 nºs 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción. Não consta da pasta o documento com a decisão, a qual é mencionada documento de nº 5.

²¹ De Juan José Brizuela al Ministro de Relaciones Exteriores [sic] de la República del Paraguay, D.º José Berges, Mont.º, octubre 29 1864. BNRJ, CRB, I-30,2,65, Documento nº 2. PY ANA ANA-AHRP-PY-2403-1-5, Archivo Nacional de Asunción.

²² A informação desse autor de que um segundo navio, o *Rio Apa*, fora em perseguição do *Marquês de Olinda* não tem qualquer base porque ele tinha velocidade inferior e, portanto, não conseguiria acompanhar o *Tacuari*.

²³ De José Vasquez Sagastume, Ministro Residente de la Republica Oriental del Uruguay à S. E. el Señor Don José Berges, Ministro Secretario de Estado en el Departº de Relaciones Exteriores, Asunción, 14 de noviembre de 1864. BNRJ, CRB, I-29,33,26. PY ANA ANA-AHRP-PY-3196-1-4 Archivo Nacional de Asunción.

²⁴ [De Francisco Solano López] al Coronel [Francisco Isidoro] Resquin, Comandante Militar de la Villa de Concepcion, Cerro León, Noviembre, 23, 1864. BNRJ, CRB, I-30,12,2, nº 31. PY ANA ANA-AHRP-PY-2539-1-140, Archivo Nacional de Asunción.

²⁵ Do Brigadeiro Venancio Flores al General en jefe [Brigadier general] don Bartolomé Mitre, Cuartel general, Restauración, agosto 18 de 1865. In: *Archivo del General Mitre: Guerra del Paraguay*. Buenos Aires, Biblioteca de "La Nacion", 1911, Vol. IV, p. 32.

²⁶ Do Brigadier general D. Bartolomé Mitre, Presidente da República Argentina al Señor Vicepresidente, Doctor don Marcos Paz. Cuartel general, Capihiquisé, octubre 4 de 1865. In: *Archivo del General Mitre: Guerra del Paraguay*. Buenos Aires, Biblioteca de "La Nacion", 1911, Vol. V, p. 329-331.

²⁷ De Marcos Paz Vicepresidente al Presidente D. Bartolomé Mitre. Buenos Aires, septiembre 15 de 1865. In: *Archivo del General Mitre: Guerra del Paraguay*. Buenos Aires, Biblioteca de "La Nacion", 1911, Vol. V, p. 301.

²⁸ Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, Repartição do Ajudante-General, Ordem do Dia nº 477, de 04 de outubro de 1865, p. 464-465; Notícias Diversas, *Correio Mercantil*, nº 246, Rio de Janeiro, 8 e 9 de setembro de 1865, p. 1.

²⁹ Registro do Porto, *Correio Mercantil*, nº 246, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1865, p. 3.

³⁰ Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, Repartição do Ajudante-General, *Ordem do Dia* nº 493, de 10 de janeiro de 1866, p. 13-25; Parte Oficial, *Correio Mercantil*, nº 3, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1866, p. 1.

³¹ [General] Francisco Isidoro Resquín. Breve[sic] relaciones históricas de la guerra, contra el gobierno de la República del Paraguay, por los gobiernos de la triple alianza, brasileiro, argentino y oriental. Extractado de documentos de la luz pública, y de los sucesos de armas, durante la guerra de mas de cinco años, que sostuve el gobierno de la Nacion paraguaya, contra los poderes de la triple alianza. Asunción, 1875, 87fls. Archivo Nacional de Asunción, Sección Historia, PY -ANA-SH-356n32-164-249.

³² Almeida (1869) recorda que Meza procurou fazê-los acreditar que estava contrariado com a situação, que "são cousas do governo, tenham paciência". Arouca diz que foi às 16h, e que os oficiais dormiram no chão de terra batida (BRITTO, 1907, p. 28-29). Documento nº 5 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 nºs 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción.

³³ Documentos nºs 7, 8,11 e 12 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 nºs 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción.

³⁴ De acordo com Arouca, eles partiram no dia 6, e a comitiva dos prisioneiros teve "uma numerosa escolta de cavallaria" até tomarem o trem (BRITTO, 1907, p 33). Almeida (1869) diz que foi no dia 8, e que a escolta que os levou até San Joaquín era constituída por "um official e tres praças desarmadas".

³⁵ As distâncias percorridas foram cerca de 50 km em ferrovia e 200 km a cavalo, diferente do que consta em Britto (1907, p. 34).

³⁶ Segundo Almeida (1869) eles chegaram em S. Joaquín em um domingo. Arouca afirma que chegaram no dia 11 de janeiro de 1865 (BRITTO, 1907, pp. 33-34), que foi uma quarta-feira.

³⁷ Documentos nº 14 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 nºs 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción. Este foi o último expediente encontrado sobre esses prisioneiros brasileiros nos arquivos paraguaios.

³⁸ Almeida (1869) diz que ela é formada pelo mesmo oficial e praças. Arouca diz que era "um pelotão de lanceiros" (BRITTO, 1907, p. 38).

- ³⁹ O percurso foi de cerca de 300 km.
- ⁴⁰ Almeida (1869) diz que ficaram oito dias, Arouca diz que foram apenas dois (BRITTO, 1907, p. 40).
- ⁴¹ De acordo com Arouca, eles “foram postos a ferros e amarrados às vergas” (BRITTO, 1907, p. 40). O trecho navegado foi de cerca de 200 km.
- ⁴² O qual ele confundiu como se fosse Póvoas, o escrivão do *Marquês de Olinda* (BRITTO, 1907, p. 40).
- ⁴³ Almeida (1869) relatou que o comandante do *Iporá* lhe perguntou, quando soube da morte de Sampaio, se ele “era *christiano*”, ao que ele respondeu que sim. E ficou nisso.
- ⁴⁴ Foi uma jornada curta, cerca de 40 km.
- ⁴⁵ Foi um deslocamento curto, inferior a 10 km.
- ⁴⁶ A palavra “traste” tinha um significado diferente no século XIX, sendo utilizada para designar tanto móveis como utensílios domésticos ou de uso pessoal.
- ⁴⁷ Almeida (1869) informou que o falecimento correu em 28 de setembro de 1867, mas nessa data eles estavam em Paso Pucú. Arouca disse que foi em janeiro de 1867 (BRITTO, 1907, p. 47). A documentação existente no Arquivo da Marinha não indica a idade, mas acreditamos ele teria por volta de 20 anos de idade.
- ⁴⁸ Arouca diz que lá chegaram em julho de 1867, o que parece demasiado, pois nessa cavalgada foram percorridos cerca de 30 km, principalmente em razão dos esteiros ou esteros ali existentes. Trata-se de um terreno onde ocorrem alagadiços, lagoas, ilhas e pantanais, sob influência de cheias sazonais de cursos d’água.
- ⁴⁹ De acordo com Cunha Mattos (1869), eles ficaram “em uma prisão, no Batalhão 21”.
- ⁵⁰ Cabe esclarecer que esse comentário tem relação com o fato de que, no século XIX, tanto no Exército como na Marinha, os oficiais em serviço tinham direito a ter um “camarada”, um praça dedicado ao serviço pessoal dos mesmos (CUNHA MATTOS, 1834, p. 64). Esclarecemos que esses auxiliares foram observados também no Exército argentino.
- ⁵¹ As casas que serviam a López e seus auxiliares mais diretos não ficavam perto de onde os prisioneiros estavam. Além disso, com a exceção daquela usada pelo governante paraguaio, todas as demais eram feitas inteiramente de palha, conforme descreveu Centurión (1894, pp. 133-135).
- ⁵² Pode se tratar do “Capitão Palácios”, que Cunha Mattos (1869) registrou como irmão do Bispo Palácios.
- ⁵³ Há divergência sobre a hora da morte. Arouca diz que foi no final da tarde, Almeida indica que foi na manhã. O registro relativo ao espólio do falecido só foi registrado pelo mato-grossense.
- ⁵⁴ Arouca equivocadamente o chamou de Alves Braga. Na documentação do Arquivo da Marinha não há indicação da idade, mas supomos que ele tinha cerca de 20 anos.
- ⁵⁵ Arouca fez menção a “um cárcere entalhado na rocha”, como se fosse uma prisão subterrânea (BRITTO, 1907, p. 102). Ocorre que as fortificações de Humaitá estavam instaladas sobre as barrancas da margem esquerda do Rio Paraguai, que são constituídas por materiais inconsolidados, como lama e areia.
- ⁵⁶ Para um melhor conhecimento a respeito desse episódio indicamos Jaceguay & Oliveira (1900, pp. 179-209).
- ⁵⁷ Pereira Arouca ainda tinha as marcas dessa tortura quando relatou seu período de cativo (BRITTO, 1907, pp. 118-119).

⁵⁸ Refere-se a um tipo de suplício utilizado pelos paraguaios (colocar no cepo, tronco). Eles o aplicavam de diversas formas para obter confissões ou para castigar os prisioneiros.

⁵⁹ Trata-se do Cadete Simplício Luiz, que seria de um dos corpos pernambucanos (CUNHA MATOS, 1869, p.1). E que foi morto pelos próprios paraguaios quando deixou de ser útil.

⁶⁰ De acordo com Britto (1907, pp. 152-152), Arouca afirmou que “Lopez esteve tres dias estacionario na floresta visinha”. Ocorre que já em 28 de dezembro, no dia seguinte à sua fuga, López se dirigiu aos paraguaios desde Cerro León, exortando-os a continuarem a lutar. Seccion Oficial – Proclama. *Estrella*, nº 1. Piribebuy, 24 de febrero de 1869, p. 1. Já Doratioto (2002, pp. 374-376), ao se referir ao episódio, não percebeu que a descrição de Britto (1907, p. 148-155) não se baseara nas palavras do baiano Arouca, mas sim na narrativa de um “Illustre official medico do Exercito”, o qual seria próximo do Brigadeiro João Manoel de Menna Barreto (BRITTO, 1907, pp. 150-151).

⁶¹ Testemunho de Alonzo Taylor, Buenos Aires, 20 de janeiro de 1869 (MASTERMAN, 1869, p. 330).

⁶² Um exemplo disto está no ofício enviado pelo Vice-Presidente Francisco Sanchez ao Ciudadano Gefe de milícias de Caraguatay, Piribebuy, Marzo 17 de 1869, onde constava, a certa altura, a necessidade de dar “*mas impulso á los trabajos agricolas*”, a fim de fornecer “*los médios de sostener con robustes nuestro Ejercito Nacional*”. Archivo Nacional de Asunción, Sección Historia, PY -ANA-SH-356n4-114-115. Almeida (1869) não fez qualquer menção sobre essas atividades.

⁶³ Arouca se enganou em relação ao dia, que disse ser 17, bem como em relação ao arroio, posto que o curso d'água que mencionou fica ao nordeste de Caraguatay.

⁶⁴ Mas esse encontro não mereceu nenhum registro nem no *Diário do Exército* (TAUNAY, 1870), nem no diário pessoal do Conde d'Eu (SOARES, 2017).

⁶⁵ O final da narrativa do piloto baiano Arouca se concentra no reencontro com sua mãe em Salvador (BRITTO, 1907, pp. 189-196).

⁶⁶ “Exterior – Noticias da Guerra” e “Movimento do Porto”. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 253, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1869, p. 2 e 3.

⁶⁷ Dados obtidos a partir dos livros de assentamentos do acervo do Arquivo da Marinha.

⁶⁸ “Guerra do Paraguay”. *Jornal do Commercio*, nº 265, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1869, p.2.

⁶⁹ “Os Prisioneiros do Vapor *Marquez de Olinda*”, *Jornal do Commercio*, nº 299. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1869, p. 3.

⁷⁰ Almeida faleceu no Rio de Janeiro em 3 de dezembro de 1917, com 72 anos. Arouca faleceu em Salvador aos 75 anos, em 11 de dezembro de 1924. Dados obtidos a partir dos livros de assentamentos do acervo do Arquivo da Marinha.